UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CAMPUS ARARANGUÁ

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

CURSO DE FISIOTERAPIA

LARA CATARINA MARQUES MARTINELLO

DESCONFORTO DO ASSOALHO PÉLVICO E VIA DE PARTO EM MULHERES NO PUERPÉRIO REMOTO

Araranguá

2022

LARA CATARINA MARQUES MARTINELLO

DESCONFORTO DO ASSOALHO PÉLVICO E VIA DE PARTO EM MULHERES NO PUERPÉRIO REMOTO

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Fisioterapia do Departamento de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Fisioterapia

Orientador: Prof. Dra. Janeisa Franck Virtuoso

Araranguá

2022

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família e amigos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, por ter me dado a oportunidade de finalizar minha graduação em uma universidade federal.

Aos meus pais e minha irmã por terem me apoiado e incentivado a finalizar minha graduação.

Ao Dickson, por ter estado comigo desde o primeiro dia da graduação me incentivando nos estudos e escutando todas as minhas lamentações, medos e felicidade durante esse tempo.

À minha orientadora, por ter despertado em mim essa paixão pela área da saúde da mulher durante as aulas maravilhosas que ela ministrava.

À Inês, Isabela e Gladison, que são minha família do coração.

À minha gatinha, Gorda, por ter passado noites ao meu lado enquanto eu estudava.

Ao meu trio de melhores amigas durante a graduação, Ana Carolina, Bruna e Beatriz, sem vocês eu não teria conseguido passar por todos esses anos de graduação, obrigada pelos consolos e risos.

DESCONFORTO DO ASSOALHO PÉLVICO E VIA DE PARTO EM MULHERES NO PUERPÉRIO REMOTO

Lara Catarina Marques Martinello[1], Janeisa Franck Virtuoso [2]

[1] Graduação em Fisioterapia, Universidade Federal de Santa Catarina, Araranguá, Santa Catarina, Brasil.

[2] Departamento de Ciências da Saúde e Programa de Pós-Graduação em Ciências da Reabilitação, Universidade Federal de Santa Catarina, Araranguá, Santa Catarina, Brasil.

Autor correspondente:

Lara Catarina Marques Martinello

Universidade Federal de Santa Catarina

Departamento de Ciências da Saúde – Campus Jardim das Avenidas

Rod. Gov. Jorge Lacerda, 3201 – CEP 88.906-072, Araranguá/SC – Brasil.

Email: laracatarinamartinello@gmail.com Tel: +55 48 99906 0031

Conflito de Interesses/ Financiamento: Nenhum.

- LC Martinello: Redação e edição.
- JF Virtuoso: edição e análise de dados.

Contagem de palavras: 2939

RESUMO

Introdução: Os desconfortos do assoalho pélvico (DAP) tem inúmeros fatores de risco associados ao seu desenvolvimento, incluindo gravidez e via de parto. **Objetivo:** Analisar a presença de DAP em primíparas no puerpério remoto conforme a via de parto. **Métodos:** Estudo transversal, cuja amostra foi composta por mulheres primíparas residentes no sul de Santa Catarina, Brasil, com idade igual ou superior à 18 anos que estivessem no puerpério remoto. As participantes preencheram uma ficha de caracterização da amostra e o Pelvic Floor Distress Inventory (PFDI-20) para avaliar a presença de sintomas de DAP. Esses dados foram coletados por meio de um sitio eletrônico e foram analisados de forma descritiva e inferencial, com nível de significância de 5%. **Resultados:** Participaram do estudo 242 mulheres, sendo 64,9% puérperas de parto cesáreo e 35,1% puérperas de parto vaginal. Quanto às características da amostra, as puérperas de parto cesáreo possuíam uma maior tendência ao sobrepeso do que puérperas de parto vaginal. Observou-se que 87,2% das mulheres possuem algum DAP, havendo diferença significativa apenas nos sintomas urinários, em que, 60% das puérperas de parto vaginal apresentaram algum tipo desse sintoma. Os sintomas de prolapso de órgão pélvico (8,2%); incontinência urinária de urgência (25,9%); incontinência urinária de esforço (28,8%) e perda de urina em pequenas quantidades (34,1%) foram maiores entre as puérperas de parto vaginal. **Conclusão:** Somente as puérperas de parto vaginal tiveram associação com sintomas de DAP.

Palavras Chaves: Saúde da Mulher; Incontinência Urinária; Prolapso de Órgão Pélvico; Período Pós-Parto.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Os músculos do assoalho pélvico possuem um papel fundamental no suporte de órgãos pélvicos, continência anal e continência urinária [1]. Portanto, distúrbios desses músculos causam desconfortos dos músculos do assoalho pélvico (DAP), termo que inclui condições como prolapsos de órgãos pélvicos (POP), incontinência urinária (IU), incontinência anal (IA) e disfunção sexual [2].

A etiologia dos DAP é conhecida por ser multifatorial, mas frequentemente é relacionada à gravidez e à via de parto [3]. A respeito do parto vaginal, existem inúmeros fatores associados ao desenvolvimento de DAP, tornando-se difícil predizer qual é o mais importante. Dentre esses fatores de risco destacam-se: uso de ocitocina, prolongamento da segunda fase do trabalho de parto, a gravidade das lacerações perineais, episiotomia e o uso de vácuo ou fórceps [4]. Portanto, tendo em vista o grande número de fatores de risco, é bem estabelecido que o parto vaginal pode ocasionar danos aos músculos, nervos e ao tecido conjuntivo do assoalho pélvico [5]. Estudos associam o parto vaginal com o desenvolvimento de DAP, mas não há consenso sobre o papel protetor da cesariana [6]. No estudo realizado por Rocha e colaboradores (2017), com a participação de 237 mulheres no período de 3 três meses após o parto, 34,6% (n=82) apresentaram IU, sendo que 28,69% (n=68) haviam tido parto vaginal, enquanto 5,91% (n=14) haviam tido parto cesáreo [7].

As taxas de realização de partos cesáreos aumentam a cada ano, chegando a 24,5% na Europa Ocidental, 32% na américa do Norte e 41% na América do Sul [8]. No estudo de Blomquist e colaboradores (2018), participaram 1.528 mulheres, que foram divididas em 3 grupos: mulheres que tiveram parto cesáreo (n= 778), mulheres que tiveram parto vaginal (n= 565) e mulheres que tiveram parto vaginal com uso de fórceps ou vácuo (n= 185). Entre as mulheres que tiveram parto cesáreo, 13% apresentaram incontinência urinária de esforço (IUE)

e 19% IA; entre as mulheres que tiveram parto vaginal, 26,4% apresentaram IUE e 22,8% IA; e entre as mulheres que tiveram parto vaginal com uso de fórceps ou vácuo 30,3% apresentaram IUE e 31,4% IA [9].

Diante da literatura pesquisada, a gravidez e o tipo de parto são fatores de risco para o desenvolvimento de DAP. O conhecimento acerca da prevalência e dos fatores que contribuem para o surgimento desses desconfortos com relação à via de parto vaginal e via de parto cesáreo poderá auxiliar na prática clínica fisioterapêutica, já que, por meio de orientações e intervenções é possível reduzir a incidência de DAP nessa população. Além disso, a promoção desse conhecimento gera autonomia nas gestantes para a escolha da via para a concepção. Portanto, o objetivo deste estudo foi analisar a presença de DAP em primíparas no puerpério remoto, conforme a via de parto.

METODOLOGIA

O presente estudo é parte de um projeto guarda-chuva intitulado “Estudo DAPSUL” que avalia os DAP em mulheres adultas da região sul do Brasil, tendo parecer de aprovação ética (CEP/UFSC: 3.357.956). Trata-se de um estudo observacional do tipo transversal, conduzido entre fevereiro e outubro de 2020, em que a população foi composta de mulheres adultas primíparas durante o puerpério remoto e residentes do sul catarinense, Brasil.

Para a seleção da amostra foram considerados critérios de inclusão mulheres primíparas com idade igual ou superior a 18 anos que estivessem no período de puerpério remoto (a partir do 43° dia pós parto até 12 meses pós parto). Além desses critérios, as participantes também deveriam falar e compreender o idioma português brasileiro.

Foram excluídas mulheres com histórico de aborto em idade gestacional superior a 12 semanas, sem relações sexuais nas últimas 4 semanas, histórico de cirurgia uroginecológica nos últimos 3 anos, sinais ou sintomas sugestivos de Infecção do Trato Urinário (ITU) (disúria, ardência, poliúria) auto relatado nas últimas quatro semanas, grávidas, a gestação ter sido múltipla e/ou o recém-nascido/filho ter histórico de internação hospitalar nas últimas quatro semanas.

Para caracterização da amostra, foram coletados, por meio de uma ficha dados sociodemográficos (idade, estado civil, escolaridade, raça, renda familiar), clínicos (doenças pregressas e prática de atividade), dados antropométricos (peso em kg, altura em cm e índice de massa corporal), obstétricos (histórico de aborto), via de parto no nascimento (vaginal, cesárea) e tempo de puerpério (meses).

Para avaliar os desconfortos do assoalho pélvico foi utilizado o Pelvic Floor Distress Inventory (PFDI-20). Baseado na versão elaborada por Barber et al (2001), o Pelvic Floor Distress Inventory foi adaptado por Barber, Walters e Bump (2005) [10], sendo validado no

Brasil recentemente por Arouca et al (2016) [11]. Trata-se de um instrumento utilizado para avaliação do desconforto gerado pelas DMAP, onde aplica-se três diferentes escalas: Urinary Distress Inventory - UDI-6 que avalia os sintomas urinários; Colorectal-Anal Distress Inventory - CRADI-8 que avalia o sintomas anorretais e Pelvic Organ Prolapse Distress Inventory - POPDI-6 que avalia os sintomas pélvicos [10].

O instrumento é formado por 20 questões pontuadas entre zero para nenhum sintoma e quatro para sintomas presentes e incômodos, o valor correspondente as questões de cada subescala gera uma média que deve ser multiplicada por 25 totalizando uma pontuação entre 0 (nenhum desconforto) a 100 (máximo desconforto) para cada escala. Desse modo, a pontuação do PFDI-20 pode totalizar até 300 pontos sendo que quanto maior a pontuação pior é o desconforto do assoalho pélvico [10].

Nesse estudo, foi verificada a presença / ausência de desconfortos do assoalho pélvico (escore total de PFDI-20), sintomas pélvicos, sintomas anorretais e sintomas urinários. Além disso, foi avaliada a presença / ausência de cada um dos 20 sintomas analisados pelo instrumento.

Para a coleta de dados as mulheres foram convidadas por pesquisadores treinados a participar de um estudo *online* através de plataformas digitais como *Instagram* e *Facebook*, sendo o recrutamento de forma intencional. Ao acessar a pesquisa (link), na página inicial, as participantes receberam orientações relacionadas ao objetivo do estudo, critérios de elegibilidade, tempo estimado para aplicação dos instrumentos e acesso ao termo de consentimento livre e esclarecido. Ainda na página inicial, foi questionado sobre o aceite e concordância com os termos da pesquisa. Para aquelas que aceitaram, data e horário do aceite foram registrados e as participantes foram direcionadas para avaliação da elegibilidade. Mulheres que se adequaram aos critérios de seleção terão acesso aos instrumentos da pesquisa.

Os instrumentos foram organizados em sessões com perguntas que poderiam ser respondidas no formato discursivo, múltipla escolha e/ou em de caixas de seleção.

Para formulação do banco de dados e análise estatística, foi montada inicialmente uma planilha eletrônica no programa Microsoft Excel® com informações relativas aos dados coletados. Cada participante recebeu um número de controle.

As variáveis foram analisadas descritivamente por meio de frequência (variáveis categóricas) e medidas de posição e dispersão (variáveis numéricas). Para comparação entre grupos foi utilizado o teste de qui quadrado de Pearson ou teste exato de Fisher, conforme indicado. As variáveis quantitativas foram apresentadas em média ± desvio padrão ou mediana e amplitude interquartil (AIQ). Para as comparações das variáveis quantitativas entre grupos foi utilizado teste t de Student ou U de Mann-Whitney Rank-sum, precedidos de teste de Kolmogorov Smirnov. Para todas as análises estatísticas foi adotado o valor de $p < 0,05$ para indicar diferença estatisticamente significativa entre os grupos. As analises foram realizadas no software estatístico SPSS – Statistical Package for Social Sciences (versão 22.0 IBM®).

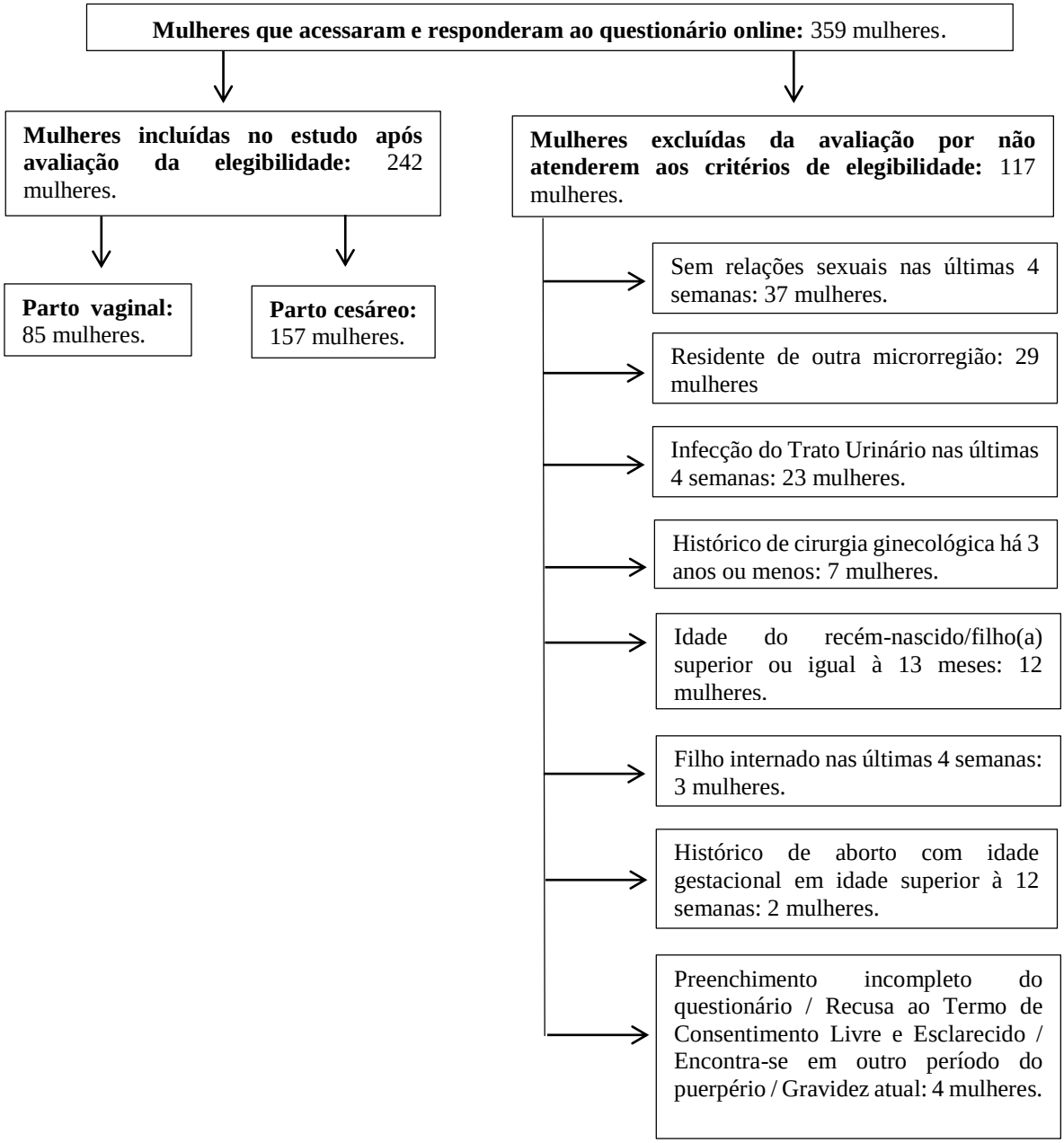
O presente estudo é parte de um projeto guarda-chuva intitulado “Estudo DAPSUL” que avalia os DAP em mulheres adultas da região sul do Brasil, tendo parecer de aprovação ética (CEP/UFSC: 3.357.956). Para a realização da pesquisa as puérperas selecionadas aceitaram o TCLE. Esse termo assegura o sigilo da identidade dos participantes e segue as exigências formais contidas na resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Não há riscos presumíveis para as puérperas avaliadas nesse estudo.

RESULTADOS

Participaram do estudo um total de 359 mulheres, sendo incluídas na análise 242 mulheres com média de idade de 27,28 ± 4,81 anos que concordaram com os termos de pesquisa e atenderam aos critérios de elegibilidade. Dessa forma, foram excluídas do estudo 117 mulheres com média de idade de 25,20 ± 5,57 anos devido à ausência de relações sexuais nas últimas quatro semanas (31,62%), morar em regiões distintas a área de interesse do estudo (24,78%), sinais clínicos de infecção urinária nas últimas quatro semanas (19,65%) e histórico de cirurgia ginecológica nos últimos três anos (5,98%) (Figura 1).

Com relação à via de parto, 64,9% (n=157) mulheres eram puérperas de parto cesáreo e 35,1% (n=85) eram puérperas de parto vaginal. O tempo médio de puerpério das mulheres que participaram do estudo foi de 5,91 ± 3,21 meses. Quanto às características sociodemográficas 94,6% (n=229) eram casadas ou estavam em uma união estável, 55% (n=133) possuíam nível superior completo e 70,6% (n=171) tinham uma renda familiar maior que dois salários mínimos.

Figura 1- Fluxograma das participantes incluídas e excluídas do estudo com justificativa.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

Na associação entre os fatores associados aos desconfortos do assoalho pélvico e a via de parto (Tabela 1), observou-se que as puérperas de parto cesáreo apresentavam uma maior tendência ao sobrepeso (50,3%), segundo a classificação do IMC, em relação às puérperas de parto vaginal (27,1%).

Tabela 1- Associação entre fatores associados aos desconfortos do assoalho pélvico e a via de parto cesáreo (n=157) e parto vaginal (n=85).

Variáveis	Parto cesáreo (n=157) n (%)	Parto vaginal (n=85) n (%)	Total (n=242)	p
Atividade física no puerpério				0,511
Sim	33 (21,0)	21 (24,7)	54 (22,3)	
Não	124 (79,0)	64 (75,3)	188 (77,7)	
Índice de massa corporal				<0,001*
Com sobrepeso	79 (50,3)	23 (27,1)	102 (42,1)	
Peso normal	78 (49,7)	62 (72,9)	140 (57,9)	
Raça				0,777
Branca	148 (94,3)	80 (94,1)	228 (94,2)	
Negra	2 (1,3)	2 (2,4)	4 (1,7)	
Parda	7 (4,5)	3 (3,5)	10 (4,1)	
Tempo de puerpério				0,553
1 a 6 meses	93 (59,2)	47 (55,3)	140 (57,9)	
7 a 12 meses	64 (40,8)	38 (44,7)	102 (42,1)	

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Legenda: f: frequência simples, %: porcentagem, p: nível de significância, *p≤0,05.

Na associação entre a presença de desconfortos do assoalho pélvico e a via de parto (Tabela 2), observou-se que 87,2% (n=211) das mulheres tinham algum desconforto, sendo que houve associação apenas nos sintomas urinários, nas quais as puérperas de parto vaginal (60%) tiveram maiores prevalências de sintomas urinários em relação às puérperas de parto cesáreo (40,1%).

Tabela 2- Associação entre o PFDI-20 e suas subescalas e a via de parto cesáreo (n= 157) e parto vaginal (n= 85).

PFDI-20 e subescalas	**Parto cesáreo f (%)**	**Parto vaginal f (%)**	**Total f (%)**	**p**
PFDI-20				
Sim	135 (86,0)	76 (89,4)	211 (87,2)	0,447
Não	22 (14,0)	9 (10,6)	31 (12,8)	
Pelvic Organ Prolapse Distress Inventory				
Sim	81 (51,6)	42 (49,9)	123 (50,8)	0,746
Não	76 (48,4)	43 (50,6)	119 (49,2)	
Colorectal-Anal Distress Inventory				
Sim	118 (75,2)	67 (78,8)	185 (76,4)	0,521
Não	39 (24,8)	18 (21,2)	57 (23,6)	
Urinary Distress Inventory				
Sim	63 (40,1)	**51 (60,0)¥**	114 (47,1)	**0,003***
Não	94 (59,9)	34 (40,0)	128 (52,9)	

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Legenda: PFDI-20: Pelvic Floor Distress Inventory, Pelvic Organ Prolapse Distress Inventory: Inventário de Sofrimento de Prolapso de Órgãos Pélvicos, Colorectal-Anal Distress Inventory: Inventário de sofrimento colorretal-anal, Urinary Distress Inventory: Inventário de Desconforto Urinário, f: frequência simples; %: porcentagem; p: nível de significância; ¥: Ajuste residual ≥ 2,0; * p≤0,05.

Na associação entre os 20 sintomas de desconfortos do assoalho pélvico e a via de parto (Tabela 3) observa-se que, entre as puérperas de parto vaginal houve associação nos sintomas “Ver ou sentir “bola” na vagina” (8,2%); “Perde urina durante sensação de urgência” (25,9%), “Perde urina durante esforços” (28,8%) e “Perde urina em pequenas quantidades (34,1%).

Tabela 3- Associação entre itens do PFDI-20 segundo a via de parto. (n=242).

Itens PFDI	**Parto cesáreo f(%)**	**Parto Vaginal f (%)**	**p**
Sensação de pressão em baixo ventre	47 (29,9)	17 (20,0)	0,094
Endurecimento/frouxidão em baixo ventre	32 (20,4)	18 (21,2)	0,884
Ver ou sentir "bola" na vagina	4 (2,5)	**7 (8,2)** ¥	**0,043***
Empurrar algo com os dedos para evacuar	16 (10,2)	8 (9,4)	0,846
Sensação de esvaziamento incompleto da bexiga	30 (19,1)	15 (17,6)	0,780
Empurrar algo com os dedos para urinar	1 (0,6)	0 (0,0)	0,461
Força para evacuar	62 (39,5)	35 (41,2)	0,798
Sensação de esvaziamento incompleto do intestino	59 (37,6)	30 (35,3)	0,725
Perde fezes sólidas	16 (10,2)	7 (8,2)	0,620
Perde fezes líquidas	9 (5,7)	2 (2,4)	0,228
Elimina flatos involuntariamente	52 (33,1)	27 (31,8)	0,830
Dor ao evacuar	56 (35,7)	32 (37,6)	0,760
Forte sensação de urgência para evacuar	79 (50,3)	32 (37,6)	0,059
"Bola" na região genital depois de evacuar	6 (3,8)	7 (8,2)	0,146
Aumento da frequência urinária	26 (16,6)	17 (20,0)	0,504
Perde urina durante sensação de urgência	24 (15,3) ¥	**22 (25,9)** ¥	**0,045***
Perde urina durante esforços	17 (10,8) ¥	**24 (28,8)** ¥	**0,001***
Perde urina em pequenas quantidades (gotas)	20 (12,7) ¥	**29 (34,1)** ¥	**<0,001***
Dificuldade em esvaziar a bexiga	20 (12,7)	6 (7,1)	0,173
Dor/desconforto em baixo ventre ou região genital	21 (13,4)	10 (11,8)	0,720

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Legenda: f: frequência simples; %: porcentagem; p: nível de significância; ¥: Ajuste residual ≥ 2,0; * p≤0,05.

DISCUSSÃO

Ao avaliar a presença de DAP apenas os sintomas urinários apresentaram uma diferença significativa entre os grupos de puérperas de parto cesáreo e puérperas de parto vaginal, sendo mais prevalente no último grupo. Além disso, ao avaliar a associação entre os 20 sintomas de DAP e a via de parto houve uma maior ocorrência dos sintomas de POP e sintomas urinários entre as puérperas de parto vaginal em relação ao parto cesáreo.

O aumento do IMC leva a prejuízos na função dos músculos do assoalho pélvico por inúmeras razões que incluem o aumento crônico da pressão intra-abdominal, danos a musculatura pélvica, danos aos nervos e comorbidades relacionadas ao sobrepeso e obesidade [12]. O estudo de Lamerton e colaboradores (2018) mostrou que mulheres com excesso de peso aumentaram em um terço (35%) a chance de desenvolver IU e mulheres obesas dobraram essas chances (95%) [13]. Apesar de estudos relacionarem o aumento do IMC com o surgimento DAP [12, 13, 14], no presente estudo a população com maior porcentagem de DAP não estava no grupo com tendências ao sobrepeso, o que indica que outros fatores de risco presentes nessa população podem explicar esses desconfortos.

Quanto à maior prevalência de sintomas de POP nas mulheres que tiveram parto vaginal, o estudo de Reimers e colaboradores (2018) mostrou resultado similar. Realizado com 284 mulheres seis semanas após o parto, apontou que 9% (n=25) tinham POP no estágio 2 ou mais, sendo que do grupo com 25 mulheres, 24 tiveram parto vaginal e 1 parto cesáreo [15]. No estudo de Zhang e colaboradores (2021) os autores explicam que o parto vaginal está correlacionado com uma maior taxa de lesão do músculo elevador do ânus, aumento da área hiatal e mobilidade do colo vesical. Com relação ao músculo elevador do ânus, durante o parto vaginal, ocorre expansão de 2,5% a 24,5% durante a coroação e casos de POP foram relatados como decorrentes de lesão no músculo elevador do ânus [16].

Em relação à maior prevalência de sintomas urinários no grupo de puérperas de parto vaginal, o estudo de Sigurdardottir e colaboradores (2021) demonstrou que as mulheres que tiveram parto vaginal foram mais propensas a sofrer de sintomas urinários do que as mulheres que tiveram parto cesáreo. Participaram do estudo 721 mulheres, em que, dessas, 601 tiveram parto vaginal e 120 tiveram parto cesáreo. Das mulheres que relataram ter IU, 52% estavam no grupo de parto vaginal e 27% no grupo de parto cesáreo, além disso, os sintomas de IUE e incontinência urinária de urgência (IUU) estavam mais prevalentes entre as mulheres de parto vaginal (40% e 32%, respectivamente). Ademais, o estudo trouxe como fator de risco para IU o IMC da gestante maior que 30 kg/m^2 (p=0,007) e a realização de episiotomia (p=0,003) e para IUU o alto peso do bebê ao nascimento (p=0,03) [17].

No estudo de Wesnes e colaboradores (2017), participaram 7561 mulheres, 85% (n=6441) tiveram parto vaginal e 15% (n=1120) parto cesáreo. Das mulheres que relataram ter sintomas de IUE 10% (n=614) passaram pelo parto vaginal e 3% (n=37) pelo parto cesáreo. Em relação a presença de sintomas de IUU, 7% (n= 440) estavam entre as mulheres de parto vaginal e 3% (n= 31) estavam entre as mulheres de parto cesáreo. Esse mesmo estudo trouxe que alto peso do recém-nascido ao nascer (OR= 1.4, IC95%, 1.2 -1.6 recém-nascido entre 3541 e 4180g e OR= 1.6, IC95% 1.2 -2.0 recém-nascido com mais de 4,180 g) e perímetro cefálico aumentado do recém-nascido (OR= 1.3, IC95%, 1.2 -1.5 recém-nascido com perímetro cefálico entre 35 e 37 cm) estão associados com risco aumentado de IU 6 meses pós-parto, além disso não foi encontrada associação significativa para fatores de risco relacionados ao parto ou fatores de risco neonatais e IU após qualquer cesariana. Os autores colocam que durante a passagem do feto pela vagina ocorrem traumas aos músculos, fáscias e tecido conjuntivo que afetam o assoalho pélvico e estão associados à IU, o que pode indicar que o risco do alto peso e o perímetro cefálico aumentado do recém-nascido passando pelo canal vaginal são fatores de risco maiores comparados ao peso do feto carregado durante a gestação [18].

Uma das limitações deste estudo foi a avaliação de mulheres durante a pandemia de SARSCOV-2. Sabe-se que em virtude às medidas restritivas e também ao impacto psicossocial causado pela pandemia, a avaliação dos DAP pode ter sido influenciada por esta condição. Outra limitação foi a avaliação de mulheres através de um sítio eletrônico o que infere que essas tinham uma condição socioeconômica mais alta para possuir equipamentos eletrônicos, como computadores e *smartphones*, e internet.

CONCLUSÃO

Neste estudo, os resultados indicaram apenas associação entre sintomas urinários e a via de parto, sendo mais prevalente no grupo de puérperas de parto vaginal, ademais, quando associados os 20 sintomas de DAP e a via de parto houve uma maior ocorrência dos sintomas de POP e sintomas urinários entre as puérperas de parto vaginal em relação às puérperas de parto cesáreo.

Diante dos resultados, reforçamos a importância do planejamento e aplicação de orientações e condutas para a prevenção e tratamento dos desconfortos do assoalho pélvico que ocorrem durante a gravidez e após o parto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à todas as mulheres que responderam ao questionário e participaram deste estudo.

FINANCIAMENTO

Sem financiamento.

REFERÊNCIAS

1- Hilde G, Stær-Jensen J, Siafarikas F, Engh ME, Brækken IH, Bø K. Impact of childbirth and mode of delivery on vaginal resting pressure and on pelvic floor muscle strength and endurance. American Journal of Obstetrics and Gynecology 2013;208:50.e1-50.e7. https://doi.org/10.1016/j.ajog.2012.10.878..

2- Yilmaz B, Aslan E. Current Terminology of Pelvic Floor Dysfunctions. Bezmialem Science 2021;9:236–43. https://doi.org/10.14235/bas.galenos.2020.4009.

3- Hage-Fransen MAH, Wiezer M, Otto A, Wieffer-Platvoet MS, Slotman MH, Nijhuis-van der Sanden MWG, et al. Pregnancy- and obstetric-related risk factors for urinary incontinence, fecal incontinence, or pelvic organ prolapse later in life: A systematic review and meta-analysis. Acta Obstet Gynecol Scand 2021;100:373–82. https://doi.org/10.1111/aogs.14027.1.

4- Torrisi G, Minini G, Bernasconi F, Perrone A, Trezza G, Guardabasso V, et al. A prospective study of pelvic floor dysfunctions related to delivery. European Journal of Obstetrics & Gynecology and Reproductive Biology 2012;160:110–5. https://doi.org/10.1016/j.ejogrb.2011.10.010.1.

5- Colla C, Paiva LL, Ferla L, Trento MJB, de Vargas IMP, dos Santos BA, et al. Pelvic floor dysfunction in the immediate puerperium, and 1 and 3 months after vaginal or cesarean delivery. Int J Gynecol Obstet 2018;143:94–100. https://doi.org/10.1002/ijgo.12561.

6- de Araujo CC, Coelho SA, Stahlschmidt P, Juliato CRT. Does vaginal delivery cause more damage to the pelvic floor than cesarean section as determined by 3D ultrasound evaluation? A systematic review. Int Urogynecol J 2018;29:639–45. https://doi.org/10.1007/s00192-018-3609-3.Rocha J, Brandão P, Melo A, Torres S, Mota

L, Costa F. Avaliação da Incontinência Urinária na Gravidez e no Pós-Parto: Estudo Observacional. Acta Med Port. 31 de agosto de 2017;30(7–8):568.

7- Rocha J, Brandão P, Melo A, Torres S, Mota L, Costa F. Avaliação da Incontinência Urinária na Gravidez e no Pós-Parto: Estudo Observacional. Acta Med Port 2017;30:568. https://doi.org/10.20344/amp.7371.

8- Betrán AP, Ye J, Moller A-B, Zhang J, Gülmezoglu AM, Torloni MR. The Increasing Trend in Caesarean Section Rates: Global, Regional and National Estimates: 1990-2014. PLoS ONE 2016;11:e0148343. https://doi.org/10.1371/journal.pone.0148343.

9- Blomquist JL, Muñoz A, Carroll M, Handa VL. Association of Delivery Mode With Pelvic Floor Disorders After Childbirth. JAMA 2018;320:2438. https://doi.org/10.1001/jama.2018.18315.

10- Barber MD, Walters MD, Bump RC. Short forms of two condition-specific quality-of-life questionnaires for women with pelvic floor disorders (PFDI-20 and PFIQ-7). American Journal of Obstetrics and Gynecology 2005;193:103–13. https://doi.org/10.1016/j.ajog.2004.12.025.

11- Arouca MAF, Duarte TB, Lott DAM, Magnani PS, Nogueira AA, Rosa-e-Silva JC, et al. Validation and cultural translation for Brazilian Portuguese version of the Pelvic Floor Impact Questionnaire (PFIQ-7) and Pelvic Floor Distress Inventory (PFDI-20). Int Urogynecol J 2016;27:1097–106. https://doi.org/10.1007/s00192-015-2938-8.Ramalingam K, Monga A. Obesity and pelvic floor dysfunction. Best Practice & Research Clinical Obstetrics & Gynaecology. maio de 2015;29(4):541–7.

12- De Sam Lazaro, S., Nardos, R., & Caughey, A. B. (2016). Obesity and Pelvic Floor Dysfunction. Obstetrical & Gynecological Survey, 71(2), 114–125. doi:10.1097/ogx.0000000000000274

13- Lamerton TJ, Torquati L, Brown WJ. Overweight and obesity as major, modifiable risk factors for urinary incontinence in young to mid-aged women: a systematic review and meta-analysis: Obesity and urinary incontinence in women. Obesity Reviews 2018;19:1735–45. https://doi.org/10.1111/obr.12756.

14- Chen Y, Johnson B, Li F, King WC, Connell KA, Guess MK. The Effect of Body Mass Index on Pelvic Floor Support 1 Year Postpartum. Reprod Sci 2016;23:234–8. https://doi.org/10.1177/1933719115602769.

15- Reimers C, Siafarikas F, Stær-Jensen J, Småstuen MC, Bø K, Ellström Engh M. Risk factors for anatomic pelvic organ prolapse at 6 weeks postpartum: a prospective observational study. Int Urogynecol J 2019;30:477–82. https://doi.org/10.1007/s00192-018-3650-2.

16- Zhang X, Zhang X, Wang Y, Huang X, Chen X, Wang L. Short-term effects of delivery methods on postpartum pelvic floor function in primiparas: a retrospective study. Ann Palliat Med 2021;10:3386–95. https://doi.org/10.21037/apm-21-485.

17- Sigurdardottir T, Bø K, Steingrimsdottir T, Halldorsson TI, Aspelund T, Geirsson RT. Cross-sectional study of early postpartum pelvic floor dysfunction and related bother in primiparous women 6–10 weeks postpartum. Int Urogynecol J 2021;32:1847–55. https://doi.org/10.1007/s00192-021-04813-y.

18- Wesnes SL, Hannestad Y, Rortveit G. Delivery parameters, neonatal parameters and incidence of urinary incontinence six months postpartum: a cohort study. Acta Obstet Gynecol Scand 2017;96:1214–22. https://doi.org/10.1111/aogs.13183.

International Urogynecology Journal (IUJ)
Instructions for Authors

Editors-in-Chief/Editorial Office

Editors-in-Chief

Rebecca Rogers
rogersr2@amc.edu

Steven Swift
swifts@musc.edu

Editorial Office

Lindsay MacMurray
iujeditorialoffice@gmail.com

Article Types and Submission Process

The *International Urogynecology Journal* (IUJ) accepts Original articles, Reviews (including Mini Reviews), Clinical Opinions, Editorials, Controversies in Urogynecology, Images in Urogynecology and Video. Original articles must present scientific results that are essentially new. All manuscripts are subject to peer review. All manuscripts must be submitted electronically through Editorial Manager at http://www.editorialmanager.com/iujo, or through the Springer website: http://www.springer.com/medicine/gynecology/journal/192. Manuscripts submitted by regular mail will not be reviewed and will not be returned. Authors will be notified by email to submit electronically. **If you have any questions regarding manuscript submission, please contact the IUJ Editorial Office by email at iujeditorialoffice@gmail.com .**

Authorship and Copyright and Financial Disclosure/Conflict of Interest Form

All submissions must include a completed Authorship and Copyright and Financial Disclosure/Conflict of Interest Form. The corresponding author can complete the copyright portion of the form. All authors must complete and sign the conflict of interest and authorship portion of the form.

The Authorship and Copyright and Financial Disclosure/Conflict of Interest Form may also be obtained at the Editorial Manager login site or on the Springer website.

The Authorship and Copyright and Financial Disclosure/Conflict of Interest Form must be submitted electronically at the time of manuscript submission, without exception. In addition to this form, the title page must include a conflict of interest statement for each author.

If you have any questions regarding manuscript submission, please contact the IUJ Editorial Office by email at iujeditorialoffice@gmail.com.

Authors must disclose all relationships or interests that could influence or bias the work. Although an author may not feel there are conflicts, disclosure of relationships and interests affords a more transparent process, leading to an accurate and objective assessment of the work. Awareness of real or perceived conflicts of interests is a perspective to which the readers are entitled and is not meant to imply that a financial relationship with an organization that sponsored the research or compensation for consultancy work is inappropriate.

When submitting, a full First or Middle name is required for all authors. A complete Last name is required of all authors. For example, A. Clark Hobson is acceptable as an author name, but A.C. Hobson is not.
Examples of potential conflicts of interests *that are directly or indirectly related to the research* may include but are not limited to the following:

- Research grants from funding agencies (please give the research funder and the grant number)
- Honoraria for speaking at symposia
- Financial support for attending symposia
- Financial support for educational programs
- Employment or consultation
- Support from a project sponsor
- Position on advisory board or board of directors or other type of management relationships
- Multiple affiliations
- Financial relationships, for example equity ownership or investment interest
- Intellectual property rights (e.g. patents, copyrights and royalties from such rights)
- Holdings of spouse and/or children that may have financial interest in the work
- In addition, interests that go beyond financial interests and compensation (non-financial interests) that may be important to readers should be disclosed. These may include but are not limited to personal relationships or competing interests directly or indirectly tied to this research, or professional interests or personal beliefs that may influence your research.

The corresponding author collects the conflict of interest disclosure forms from all authors. In author collaborations where formal agreements for representation allow it, it is sufficient for the corresponding author to sign the disclosure form on behalf of all authors. Examples of forms can be found here .

The corresponding author will include a summary statement in the text of the manuscript in a separate section before the reference list, that reflects what is recorded in the potential conflict of interest disclosure form(s).

See below examples of disclosures:
Funding: This study was funded by X (grant number X).

Conflict of Interest: Author A has received research grants from Company A. Author B has received a speaker honorarium from Company X and owns stock in Company Y. Author C is a member of committee Z.

If no conflict exists, the authors should state:
Conflict of Interest: The authors declare that they have no conflict of interest.

Patient Confidentiality

Patients have a right to privacy; identifying information, including names, initials, or hospital numbers, should not be published in written descriptions, photographs, videos, or pedigrees unless the information is essential for scientific purposes and the patient (or parent or guardian) gives written informed consent for publication. Patient consent should be written and available to the IUJ Editors upon request.

For **Images in Urogynecology and Video articles**, authors must obtain written consent from the patient. All authors must include a statement before the References section under the heading 'Consent' which reads: '*Written informed consent was obtained from the patient for publication of this Images in Urogynecology / Video article (please delete as appropriate) and any accompanying images.'*

Review Process

Once a manuscript has been submitted, the corresponding author will be contacted by email. Manuscripts that do not conform to the journal style (see **Manuscript Preparation** below) will be returned to the corresponding author for revision and resubmission online, prior to being considered for publication.

Manuscripts which **do not meet the general criteria** for this journal will be returned to the corresponding author without undergoing peer review and will not be accepted. This decision will be made by the Editors-in-Chief. Criteria include but are not limited to:

- relevance to the aims of the journal with the topic being of overall general interest
- sufficiently original and contributing to the advancement of the field
  - clearly written with appropriate study methods, well-supported data and conclusions which are supported by the data
- clear and understandable English, grammar, and spelling

Once a manuscript has been submitted, conforms to journal style, and is deemed appropriate for this journal, it will be assigned to an editor and begin to go through the peer review process. The corresponding author will be contacted by email with editorial decisions as the manuscript moves through the peer review process.

Manuscripts that are returned to the corresponding author with Major Revisions or Minor Revisions, will include the reviewers' and the editor's comments and suggestions for changes. The notification will include the option for the corresponding author to accept or decline submitting a revised manuscript and addressing the reviewers' comments, as well as the deadline for resubmitting a revised manuscript. All revised manuscripts will be submitted online via Editorial Manager. **Revised manuscripts should clearly show where revisions have been made by using the Track Editing option in Microsoft Word, and include a cover letter addressing each reviewer's point with a counterpoint**. Manuscripts which have been returned with a decision of Major Revisions or Minor Revisions are not guaranteed acceptance after a revised manuscript has been resubmitted. Revised manuscripts will go through the peer review process. Manuscripts which have been reviewed and a decision for revisions (major or minor) has been made may be considered as new submissions if not resubmitted **within three months from the time of notification**. Requests for extension of the resubmission deadline should be directed by email to the Editorial Office.

Redundant, Duplicate, or Fraudulent Publication

Authors must not simultaneously submit their manuscript to another journal if that manuscript is under consideration by the *International Urogynecology Journal* (IUJ). Redundant or duplicate publication is considered as a manuscript that overlaps substantially with one already published in print or electronic media. At the time of manuscript submission, authors must inform the editor about all submissions and previous publications that might be regarded as redundant or duplicate publication of the same or very similar work. Any such publications must be referred to and referenced in the new manuscript. Copies of such material should be included with the submitted manuscript as a "supplemental file".

Authors must not:

- Willfully and knowingly submit false data
- Submit data from a source not the authors' own
  - Submit previously published material (with the exception of abstracts) without correct and proper citation
- Omit reference to the work of other investigators that establishes a priority
- Falsely certify that the submitted work is original

- Use material previously published elsewhere without prior written approval of the copyright holder

Please refer to 'Ethical Responsibilities of Authors' for a detailed explanation on Publishing Ethics (full policy available at the IUJ Homepage).

Confidentiality

All manuscripts are treated by the assigned reviewers as privileged and confidential information. Reviewers may request advice from another party, subject to the general principles of confidentiality and permission of the managing editor. Reviewers' comments are not published or made available publicly except with the prior written permission of the reviewer, author, and editor. However, reviewers' comments are shared with the other reviewers of the same manuscript, and reviewers will be notified of the editor's decision. The reviewers' identity remains anonymous. All reviewers are asked to disclose any potential conflict that could influence their opinions of manuscripts, prior to review of a manuscript. Editors will only disclose information pertaining to a specific manuscript (i.e. receipt, status in review process, content, criticism, or final decision) to the author and reviewers.

Manuscript Preparation

Manuscripts **must be written in clear, concise English** and conform to the specifications described herein. Manuscripts that are considered poor quality in terms of English, grammar, and spelling and require extensive revisions for clarity may be returned to the author for revision prior to proceeding to the peer review process. Springer offers a manuscript revision service through Nature Research Editing Service, and can be accessed through a link on the IUJ Springer homepage. Nature Research Editing Service may also be accessed directly at http://authorservices.springernature.com/language-editing/ . This is associated with a fee for service, which is the author's responsibility.

Authors are asked to add continuous line numbering to their manuscript.

Terminology

It is suggested that "Methods, definitions, and units conform to the standards jointly recommended by the International Urogynecological Association and the International Continence Society and , except where specifically noted" (Haylen et al. An International Urogynecological Association (IUGA)/International Continence Society (ICS) joint report on the terminology for female pelvic floor dysfunction. Int Urogynecol J 2010;21:5-26.

All manuscripts that have been accepted for publication are subject to copy-editing.

Article Types and Specific Requirements

Original Articles

- Title page:
  - all authors and affiliations
  - corresponding author contact information (email mandatory)
  - conflict of interest statement for each author
  - each author's participation in the manuscript
- Structured abstract (250 words) and Keywords (up to 6)
- Brief summary (25 words)

- Word limit of 4000 words (average is 2000 words)
    - Maximum of 6 authors (more than 6 authors requires submission of a letter to the editorial office explaining the reasons)
- Maximum of 30 references
    - Maximum of 6 figures/tables (If the article contains a large number of illustrations then the length of the text should be adjusted accordingly to a lower word count)

Review Articles

- Title page:
    - all authors and affiliations
    - corresponding author contact information (email mandatory)
    - conflict of interest statement for each author
    - each author's participation in the manuscript
- Structured abstract (250 words) and Keywords (up to 6)
- Brief summary (25 words)
- Word limit of 6000 words
- Maximum of 6 authors
- Maximum 100 references
- Maximum of 10 figures

Images in Urogynecology

- Title Page
    - All Authors and Affiliations (3 authors or fewer)
    - Corresponding author contact information (email mandatory)
    - Disclosure / Conflict of Interest Statement for each author
    - Each author's participation in the manuscript
- No Abstract
- Keywords (up to 6) required
- Word Limit of 300 words
    - Include an Introduction and brief case study of presented images
- 3 to 5 images allowed
    - Figure legends / descriptions may be up to 250 words each
    - Images should be high quality, at least 300 dpi
- Maximum of 3 references

Current Opinion/Updates

- Title page:
    - All authors and affiliations
    - corresponding author contract information (email mandatory)
    - conflict of interest statement for each author
    - each author's participation in the manuscript
- Unstructured abstract (50 – 150 words) and Keywords (up to 6)
- Word limit of 3000 words
- Maximum of 7 authors
- Maximum of 25 references

Letters to the Editor (Comments)*

- Title and corresponding author
- Word limit of 400 words
  - Maximum of 5 references (the first reference must be the publication in question if letter relates to a publication)

*NOTE: The editorial staff reserves the right to shorten letters if necessary and to make minor editorial alterations without reference to the writer; letters may be published together with a reply from the original author. If the original author does not respond, a notation indicating 'response declined' will be published. As space for Letters-to-the-Editor is limited, only a selection of letters submitted may be published.

Video Article

In addition to a video authors should submit a manuscript text. This should include:

- Title page (incorporating a structured abstract, keywords and references):
  - Title of video
  - All authors and affiliations
  - Corresponding author contact information (email mandatory)
  - Conflict of interest statement for each author
  - Abstract (up to 200 words)
- Structured text (800-1200 words):
  1. Aim of the video / Introduction
  2. Method
  3. Results (if presenting data)
  4. Conclusion

Presenting results and using tables is encouraged.

- Keywords (up to 6)
  - Up to 10 references
- Video format:
  - Should not exceed 9 minutes
  - File size should not exceed 100MB
    - All videos should be in MP4 format and will be playable on a Windows-based computer
  - The use of unnecessary audio (i.e. music) is discouraged
  - The content of the video file(s) must be identical to that reviewed and accepted by the editors
    - All narration should be in English
    - Information that may identify patients, including names, initials, or hospital numbers, should not be included in videos unless the information is essential for scientific purposes and the patient (or parent or guardian) gives written informed consent for publication. Patient consent should be written and available to the IUJ Editors upon request. All authors must include a statement before the References section under the heading 'Consent' which reads: '*Written informed consent was obtained from the patient for publication of this video article and any accompanying images.'*

Manuscript Format

The following sections must each begin on separate pages:

- Title Page*
- Abstract*
- Text (Introduction, Materials and Methods, Results, Discussion)*
- Acknowledgements
- References*
- Figure Legends (if any figures)
- Tables
- Appendices (if any)

*Mandatory sections

Manuscripts must have all pages numbered and the text should be double spaced.

Title page

The title page MUST include:

- **Title -** Capture the essence of the scientific contribution in no more than 15 words, including spaces. It should be specific enough for electronic retrieval and searches
- **Author Details -** Name(s) and institutional affiliation(s) of all the author(s)
- **Corresponding Author** and contact information (address, telephone, fax, email)
- **Word Count –** Must be included in the lower left hand side of the title page. Word count includes abstract and main text but *not* references.
- **Financial Disclaimers/Conflict of Interest** statement **(if none, state FINANCIAL DISCLAIMER/CONFLICT OF INTEREST: NONE)**. NOTE: This does not replace the mandatory Copyright and Authorship Form which must be completed and included at the time of submission.
- **Each authors' contribution to the Manuscript**
- If this work has been presented at a prior conference or meeting congress, please list: a) the name of conference, b) location and c) date
- List each author by surname (family name) and describe each of their contributions

(select all that apply) to the manuscript using the following terms:

- Protocol/project development Data collection or management Data analysis
- Manuscript writing/editing
- Other (please specify briefly using 1 to 5 words)
- (Adapted from WAME Authorship paper, www.wame.org, posted January 10, 2007)
- *For example:*
    - AR Smith: Project development, Data Collection, Manuscript writing
    - TS Jones: Data collection
    - AJ Davis: Manuscript writing

Abstract

Each original article and review/mini review article must include a structured abstract of up to **250 words** that is intelligible to the journal's general readership without reference to the text and must reflect the content of the article accurately. All original articles and reviews/mini reviews should present the abstract in a structured format as follows:

- Introduction and Hypothesis
- Methods (include sample size and statistical approaches).

- Results - The Results must contain sufficient data for readers to evaluate the credibility of the conclusion. All of the data does not need to be presented. The conclusion should be an inference, not a summary.
- Conclusions - Readers should be able to understand the question asked in the study and why and how it was done.

Keywords

Up to **3-6 keywords** should be supplied in alphabetical order after the Abstract, characterizing the scope of the manuscript.

Brief summary

A **25-word summary** is mandatory and will be used in the table of contents of the journal.

Abbreviations

These should be defined at first mention in the abstract and again in the main body of the text and used consistently thereafter.

Introduction

Develop the study rationale and avoid a literature review. Literature should be cited only to the extent that helps the reader understand why the question is asked. End the Introduction with a stated aim or question, preferably expressed as a testable hypothesis. For example, if the study is aimed at identifying the color of apples, or asks what color are apples, state 'we hypothesized that apples will be green rather than red'. The reason for this hypothesis should be contained in the rationale.

Materials and Methods

The Materials and Methods section should describe the procedures used and include sufficient information such as subjects and measurements) so that a reader can evaluate the credibility of results and interpretation in the light of possible methodological limitations. Detailed statistical methods should be included. Findings should be quantified when possible and presented with appropriate indicators of measurement error or uncertainty, e.g. confidence intervals. The source or manufacturer name of all products used should be stated. Authors should always consider clarity for other workers about how and why a study was done in a particular way. All original articles should include Ethics/Institutional Review Board (IRB) approval for all studies, human or animal. Studies in which ethics approval does not apply or is waived by the IRB/Ethics Committee should state this in the manuscript, and the reason for the exemption or waiver.

Randomized Controlled Trials (RCT)

In cases of prospective, randomized trials (RCT), it is strongly encouraged that they are registered with a public clinical trial registry, such as www.clinicaltrials.gov (NO FEE) prior to commencing patient recruitment. Proof of IRB approval is MANDATORY (or an explanation for exemption or waiver). Authors should refer to the CONSORT statement (http://www.consort-statement.org/), including the flow diagram and checklist (http://www.consort-statement.org/consort-statement/overview0/#checklist) when preparing a manuscript reporting RCT. The flow diagram should be included as Figure 1 in the document.

Results

Results concerning the primary testable hypothesis should be presented first. Do not 'save the best for last'. Data should be presented as concisely as possible, if appropriate in the form of tables and/or graphs, although very large tables should be avoided. If authors wish to present the full data of the study, and any technical details, these can be included as Electronic Supplementary Material.

Discussion

The following paragraph structure is recommended:

- Summarize the main findings from most to least important, including a statement whether the results are consistent with the stated hypothesis.
- Discuss how the results confirm or contrast with published literature.
- If the results differ, discuss the possible reasons for this. Details of methodology and results of published literature may be appropriate here. Avoid reviewing literature outside the scope of the study.
- Discuss the significance and implications of this new data. Having developed the rationale to define the limits of current knowledge, how does this new information advance understanding?
- Write a paragraph concerning the limits of the study – this is critical. The inferences made throughout the Discussion must be written bearing in mind the constraints of the methodological limitations of the work. Papers written without this section will not be considered for publication.
- Summarize and Conclude. The conclusion is an inference. Within the constraints of the limitations of the study, the authors may boldly speculate regarding the significance of the findings and future research.

Acknowledgements

The acknowledgements should be as brief as possible. They should include the specific contributions of all persons who have substantially contributed to the work reported, e.g. technical assistance, data collection, analysis, writing or editing assistance, but who do not fulfill authorship criteria. Authors should obtain written permission from all persons listed in the Acknowledgement section. All institutional and corporate funding sources should be mentioned. The names of funding organizations should be written in full.

Funding

Authors are expected to disclose any commercial or other associations that might pose a conflict of interest in connection with submitted material. All funding sources supporting the work and institutional or corporate affiliations of the authors should be acknowledged even if there are no conflicts of interest or disclosures and must be clearly stated within the manuscript file.

Citation

Reference citations in the text should be identified by numbers in square brackets. Some examples:

1. Negotiation research spans many disciplines [3].
2. This result was later contradicted by Becker and Seligman [5].
3. This effect has been widely studied [1-3, 7].

Reference list

The list of references should only include works that are cited in the text and that have been published or accepted for publication. Personal communications and unpublished works should only be mentioned in the text. Do not use footnotes or endnotes as a substitute for a reference list.

The entries in the list should be numbered consecutively.

- Journal article

  Gamelin FX, Baquet G, Berthoin S, Thevenet D, Nourry C, Nottin S, Bosquet L (2009) Effect of high intensity intermittent training on heart rate variability in prepubescent children. Eur J Appl Physiol 105:731-738. doi: 10.1007/s00421-008-0955-8

  Ideally, the names of all authors should be provided, but the usage of “et al” in long author lists will also be accepted:

  Smith J, Jones M Jr, Houghton L et al (1999) Future of health insurance. N Engl J Med 965:325–329

- Article by DOI

  Slifka MK, Whitton JL (2000) Clinical implications of dysregulated cytokine production. J Mol Med. doi:10.1007/s001090000086

- Book

  South J, Blass B (2001) The future of modern genomics. Blackwell, London

- Book chapter

  Brown B, Aaron M (2001) The politics of nature. In: Smith J (ed) The rise of modern genomics, 3rd edn. Wiley, New York, pp 230-257

- Online document

  Cartwright J (2007) Big stars have weather too. IOP Publishing PhysicsWeb. http://physicsweb.org/articles/news/11/6/16/1. Accessed 26 June 2007

- Dissertation

  Trent JW (1975) Experimental acute renal failure. Dissertation, University of California

Always use the standard abbreviation of a journal's name according to the ISSN List of Title Word Abbreviations, see

- www.issn.org/2-22661-LTWA-online.php

For authors using EndNote, Springer provides an output style that supports the formatting of in-text citations and reference list

Endnote style (zip, 2kB)

Authors preparing their manuscript in LaTeX can use the bibtex file spbasic.bst which is included in Springer's LaTeX macro package.

Standardization articles

If referencing standardization articles that are in collaboration with the International Continence Society please use the following references:

- Haylen, B.T., Freeman, R.M., Swift, S.E., Cosson, M. and Davila*, G.W. et al* (2011) **An International Urogynecological Association (IUGA) / International Continence Society (ICS)joint terminology and classification of the complications related directly to the insertion of prostheses (meshes, implants, tapes) & grafts in female pelvic floor surgery**. Int Urogynecol J 22:3-15. doi: 10.1007/s00192-010-1324-9.
- Toozs-Hobson, P., Freeman, R., Barber, M., Maher, C. and Haylen*, B. et al.*(2012) **An International Urogynecological Association (IUGA)/International Continence Society (ICS) joint report on the terminology for reporting outcomes of surgical procedures for pelvic organ prolapse.** Int Urogynecol J 23:527-535. doi: 10.1007/s00192-012-1726-y
- Haylen, B.T., de Ridder, D., Freeman, R.M., Swift, S.E. and Berghmans*, B. et al. (2010)* **An International Urogynecological Association (IUGA)/International Continence Society (ICS) joint report on the terminology for female pelvic floor dysfunction.** Int Urogynecol J 21: 5-26. doi: 10.1007/s00192-009-0976-9
- Bernard T. Haylen, B.T., Freeman, R.M., Lee, J., Swift, S.E. and Cosson*, M. et al.(2012)* **An International Urogynecological Association (IUGA)/International Continence Society (ICS)joint terminology and classification of the complications related to native tissue female pelvic floor surgery.** Int Urogynecol J 23: 515-526. doi: 10.1007/s00192-011-1659-x

Illustrations

A **Legend of Figures** is required when using figures (to follow the References on a separate page). Each figure must be listed with a succinct, self-sufficient explanation of the photographs, graphs or diagrams. All abbreviations and symbols used in the figure should be explained. All figures must be cited in the text, and each numbered consecutively throughout. Figure parts should be identified by lower-case roman letters.

Figures should not be included in the main manuscript document but rather submitted as separate image files on Editorial Manager.

Details that might identify patients should be omitted unless absolutely necessary for scientific reasons. Falsification or altering of data should never be used as a means of ensuring anonymity; masking of the eye region in photographs of patients may be inadequate. If identification of patients is unavoidable, the author must guarantee that the reproduction of illustrations in which a patient is recognizable is approved either by the patient him-/herself or by his/her legal representative.

If submitted material has been previously published, acknowledgement to the original source must be made and written permission from the copyright holder must be submitted with the illustration. Obtaining copyright permission is the author's responsibility. If copyright is not obtained from a figure reused from a previously published source, the figure will be omitted. The copyright holder is typically the *publisher* of the journal that published the source item, and most publishers have permission requests on their websites.

All illustrations should be submitted as electronic files with a minimum resolution of 800 dpi for line drawings and 300 dpi for digital half-tones. It is recommended that individual file sizes are no more than 500 KB and not exceeding 2 MB, with the total size for all files no exceeding 25 MB. Store color illustrations as RGB (8 bits per channel) in TIFF format. Color illustrations in the print journal incur a charge (€ 950, plus VAT) and the authors will be expected to make a contribution towards the extra costs, irrespective of the number of color figures (this is for print only - online publication of color figures does not require extra cost).

Tables

All tables should be cited in the text and each numbered consecutively throughout. Data presented in tables should not be repeated in the text. Each table should appear on a separate page, following the Legend of Figures, and listed numerically. Tables should have a title and a legend explaining any abbreviations used in that table. Footnotes to tables should be indicated in superscript lower-case letters or asterisks for significance values and other statistical data, and explained at the bottom of each table.

Appendices

If there is more than one appendix, they should be numbered consecutively. Equations in appendices should be designated differently from those in the main body of the paper, e.g. (A1), (A2) etc. In each appendix, equations should be numbered separately.

Electronic Supplementary Material

Electronic supplementary material (ESM) for an article in the journal will be published in SpringerLink provided the material is:

- Submitted to the Editor(s) in electronic form together with the paper
- Subject to peer review
- Accepted by the journal's Editor(s)

ESM may consist of:

- Information that cannot be printed: animations, video clips, sound recordings.
- Information that is more convenient in electronic form: sequences, spectral data, etc.

- Large original data that relate to the paper, e.g. additional tables, illustrations (color and black & white), etc.
- Expanded Methods section

After a manuscript has been accepted, ESM will be published as received from the author in the online version only. References will be given in the printed version.

Proofreading

Proofreading is the responsibility of the author. Corrections should be clear and standard correction marks should be used. Corrections that lead to a change in the page layout should be avoided. The author is entitled to formal corrections only. Substantial changes in content, e.g. new results, corrected values, title and authorship, are not allowed without the approval of the editor. In such a case, please contact the Editorial Office before returning the proofs to the publisher.

Proprietary Substances and Materials, and Instruments

The correct designation and the manufacturer's name should be given. Where the manufacturer is not well known, the city and country should also be included.

Units of measure

Please adhere to internationally agreed standards such as those adopted by the commission of the International Union of Pure and Applied Physics (IUPAP) or defined by the International Organization of Standardization (ISO).Metric SI units should be used throughout except where non-SI units are more common [e.g. litre (l) for volume].

Drug Names

When drugs are mentioned, the international (generic) name should be used. The proprietary name, chemical composition, and manufacturer should be stated in full in Materials and Methods. The source of any new and experimental preparation should also be given. Generic names of drugs and pesticides are preferred; if trade names are used, the generic name should be given at first mention.

Ethical Responsibilities of Authors

This journal is committed to upholding the integrity of the scientific record. As a member of the Committee on Publication Ethics (COPE) the journal will follow the COPE guidelines on how to deal with potential acts of misconduct.

Authors should refrain from misrepresenting research results which could damage the trust in the journal and ultimately the entire scientific endeavour. Maintaining integrity of the research and its presentation can be achieved by following the rules of good scientific practice, which includes:

- The manuscript has not been submitted to more than one journal for simultaneous consideration.
- The manuscript has not been published previously (partly or in full), unless the new work concerns an expansion of previous work (please provide transparency on the re-use of material to avoid the hint of text-recycling ("self-plagiarism")).
- A single study is not split up into several parts to increase the quantity of submissions and submitted to various journals or to one journal over time (e.g. "salami-publishing").
- No data have been fabricated or manipulated (including images) to support your conclusions
- No data, text, or theories by others are presented as if they were the authors own ("plagiarism"). Proper acknowledgements to other works must be given (this includes material that is closely copied (near

verbatim), summarized and/or paraphrased), quotation marks are used for verbatim copying of material, and permissions are secured for material that is copyrighted.

Important note: the journal may use software to screen for plagiarism.

Consent to submit has been received from all co-authors and responsible authorities at the institute/organization where the work has been carried out *before* the work is submitted.

Authors whose names appear on the submission have contributed sufficiently to the scientific work and therefore share collective responsibility and accountability for the results.

In addition:

- Changes of authorship or in the order of authors are not accepted *after* acceptance of a manuscript.
- Requests to add or delete authors at revision stage or after publication is a serious matter, and may be considered only after receipt of written approval from all authors and detailed explanation about the role/deletion of the new/deleted author. The decision on accepting the change rests with the Editor-in-Chief of the journal.
- Upon request authors should be prepared to send relevant documentation or data in order to verify the validity of the results. This could be in the form of raw data, samples, records, etc.

If there is a suspicion of misconduct, the journal will carry out an investigation following the COPE guidelines. If, after investigation, the allegation seems to raise valid concerns, the accused author will be contacted and given an opportunity to address the issue. If misconduct has been proven, this may result in the Editor-in-Chief's implementation of the following measures, including, but not limited to:

- If the article is still under consideration, it may be rejected and returned to the author.
- If the article has already been published online, depending on the nature and severity of the infraction, either an erratum will be placed with the article or in severe cases complete retraction of the article will occur. The reason must be given in the published erratum or retraction note.
- The author's institution may be informed.
- A ban in participating in any of the journal's publications for a period of between 3 years and indefinitely
- Informing Chief editors of other Springer journals about the perpetrated act and related decision
- An erratum reporting the conflict is published
- A full retraction of the article is undertaken. The nature of retraction will depend on
- whether the article is online first, or has already been published in a print issue.

→*Online First Publication*: The article will be fully retracted from SpringerLink, Springer's online full-text journal platform- the PDF will no longer be available and no related articles, abstracts, and references will be found on SpringerLink. The initial PDF document will be replaced by a retraction note. Springer will pursue the retraction of this article from other online services besides SpringerLink. Please note that the metadata of the article (author's name and title) will still be findable on SpringerLink.

→*Print publication in journal issue*: Since the article is already published, a retraction is no longer possible. The content will remain in its existing print form. However, in the next issue of the journal a retraction note referring to the article will be published. In addition, the title and each page of the related online article will be marked with a clear "RETRACTED" stamp

(For full policy document, go the IUJ Springer Homepage:

http://www.springer.com/medicine/gynecology/journal/192)

Legal Requirements

The author(s) guarantee(s) that the manuscript will not be published elsewhere in any language without the consent of the copyright holders, that the rights of third parties will not be violated, and that the publisher will not be held legally responsible should there be any claims for compensation.

Authors wishing to include figures or text passages that have already been published elsewhere are required to obtain permission from the copyright holder(s) and to include evidence that such permission has been granted when submitting their papers. Any material received without such evidence will be assumed to originate from the authors.

Manuscripts must be accompanied by the Authorship and Disclosure Form, also containing the Copyright Transfer Statement.

Open Choice Publication

In addition to the normal publication process (whereby an article is submitted to the journal and access to that article is granted to customers who have purchased a subscription), Springer now provides an alternative publishing option: Springer Open Choice. A Springer Open Choice article receives all the benefits of a regular 'subscription-based' article, but in addition is made available publicly through Springer's online platform SpringerLink. To publish via Springer Open Choice, upon acceptance please visit www.springer.com/openchoice to complete the relevant order form and provide the required payment information. Payment must be received in full before publication or articles will be published as regular subscription-model articles. We regret that Springer Open Choice cannot be ordered for published articles.

Article processing charges (APCs) vary by journal - view the full list.

Research Data Policy

The journal encourages authors, where possible and applicable, to deposit data that support the findings of their research in a public repository. Authors and editors who do not have a preferred repository should consult Springer Nature's list of repositories and research data policy. List of Repositories

General repositories - for all types of research data - such as figshare and Dryad may also be used.
Datasets that are assigned digital object identifiers (DOIs) by a data repository may be cited in the reference list. Data citations should include the minimum information recommended by DataCite: authors, title, publisher (repository name), identifier. DataCite

Springer Nature provides a research data policy support service for authors and editors, which can be contacted at **researchdata@springernature.com** .

This service provides advice on research data policy compliance and on finding research data repositories. It is independent of journal, book and conference proceedings editorial offices and does not advise on specific manuscripts. Helpdesk

http://www.springer.com/journal/192

International Urogynecology Journal
Editors-in-Chief: Rogers, R.; Swift, S.
ISSN: 0937-3462 (print version)
ISSN: 1433-3023 (electronic version)
Journal no. 192